ANALISTA JURÍDICO DO MPSP | PROVAS OBJETIVAS

AMOSTRA GRATUITA

Catálogo Temático das Provas de Analista *Jurídico do MPSP*

Temas, fontes, precedentes e recorrências das provas objetivas de 2010 a 2025



ELABORADO E ORGANIZADO POR

Patrícia Spaniol

@patriciaiuris

AMOSTRA GRATUITA

O que você vai ver nesta amostra

Páginas reais do catálogo e do bônus, sem nenhuma alteração.

1 **Sobre o material**
A apresentação do catálogo e da autora: o que ele organiza e como usar.

2 **Uma página de temas**
Tutela de Interesses Difusos e Coletivos na prova de 2025, com as marcas de recorrência nas outras provas.

3 **Uma página do bônus**
Língua Portuguesa na prova de 2025, no volume de Conhecimentos Gerais.

SÓ NO MATERIAL COMPLETO

- Matérias Jurídicas: as provas de 2010 a 2025, com 407 questões organizadas por ano, prova e matéria
- Panorama estatístico com gráficos e quadro de recorrências das cinco provas
- Raio-x, leitura estratégica e pontos de atenção de cada prova, com as mudanças posteriores
- Localizador por matéria e índice de precedentes
- Bônus: Conhecimentos Gerais (Português, Atualidades e Informática), com 73 questões

Material de divulgação. O compartilhamento desta amostra é livre, desde que sem alterações.

APRESENTAÇÃO

Sobre este material

Um mapa do que as provas objetivas do cargo jurídico do Ministério Público de São Paulo cobraram, prova a prova e matéria a matéria.

Este é o volume de Matérias Jurídicas do Catálogo Temático das Provas de Analista Jurídico do MPSP. Reúne as cinco provas objetivas do cargo aplicadas de 2010 a 2025: as de 2010, 2013 e 2015, quando o cargo se chamava Analista de Promotoria I (Assistente Jurídico), e as de 2018 e 2025, já como Analista Jurídico do Ministério Público, num total de 407 questões das matérias jurídicas. Cada questão foi lida na íntegra, com o gabarito, e convertida em uma entrada: matéria, tema, ponto efetivamente cobrado, fonte exigida (lei seca, jurisprudência ou doutrina), dispositivos e precedentes que a resolvem. **Quando um precedente ou dispositivo volta a ser cobrado em outra prova, a entrada sinaliza a recorrência**, para que a revisão priorize o que a banca já repetiu.

COMO ESTÁ ORGANIZADO

1. Panorama estatístico das cinco provas, com gráficos comparativos
2. Recorrências: precedentes e dispositivos que as provas repetem
3. Provas ano a ano: raio-x, leitura estratégica, pontos de atenção e temas por matéria
4. Localizador por matéria e índice de precedentes

Volume complementar: Conhecimentos Gerais (Língua Portuguesa, Atualidades e Informática), com o mesmo método, em arquivo separado.

COMO USAR

Revisão por matéria: o localizador reúne cada matéria em todas as provas, com link para a página.

Prioridade: a marca de recorrência indica o que a banca já cobrou mais de uma vez.

Pontos de atenção: cada prova traz as polêmicas, os gabaritos discutíveis e as mudanças posteriores à aplicação.

QUEM ORGANIZOU



Patrícia Spaniol

@patriciaiuris

Analista Judiciária Federal · Assistente técnica em gabinete de Desembargadora Federal

A concepção deste material decorre da convergência entre a prática da assessoria em gabinete, voltada à identificação precisa das teses determinantes para a resolução de controvérsias complexas, e o exame sistemático das provas de concursos jurídicos. Cada questão foi submetida a análise técnica individual, com a extração objetiva do tema, da fonte exigida e dos dispositivos e precedentes que a resolvem.

Aprovada em nove concursos públicos, entre eles:

2024 TRF da 3ª Região
Analista Judiciária, Área Judiciária (41° lugar) e Técnica Judiciária (27° lugar)

2022 TJDFT
Analista Judiciária, Área Judiciária, e Técnica Judiciária, Área Administrativa

2021 Câmara Municipal de Igarapava/SP
Procuradora Legislativa

2018 TRT da 15ª Região
Técnica Judiciária, Área Administrativa

2018 DAAE de Araraquara/SP
Procuradora Autárquica

Licença de uso individual e intransferível. São proibidos a reprodução, o compartilhamento e a revenda, totais ou parciais, sem autorização da autora (Lei 9.610/1998).

Tutela de Interesses Difusos e Coletivos 12 questões

TEMA E PONTO COBRADO	FONTE	BASE NORMATIVA E PRECEDENTES
Licenciamento ambiental: queima controlada da palha de cana Para o STJ, compete ao Ibama o licenciamento da queima controlada da palha da cana-de-açúcar, porque os danos não se restringem ao local da queimada e têm caráter transfronteiriço. O licenciamento é instrumento preventivo, complexo e realizado em etapas, e a audiência pública não é exigida em toda atividade que envolva fogo. RECORRENTE **CF, art. 225** em 2015, 2018 · **Lei 6.938/1981, art. 10** em 2015	LEI SECA JURISPRUDÊNCIA	LEGISLAÇÃO CF, art. 225, § 1°, IV; Lei 6.938/1981, art. 10; LC 140/2011, art. 7°, XIV PRECEDENTES STJ, AgInt no AREsp 2.064.813/SP
POLÊMICA O julgado (1ª Turma, 31/03/2025) adota o critério do impacto transfronteiriço, ao passo que a LC 140/2011 fixa a competência licenciatória da União por hipóteses de localização e tipologia e as normas estaduais disciplinam a autorização da queima controlada; a banca seguiu o entendimento do STJ.		
Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA) O estabelecimento que exerce mais de uma atividade sujeita à fiscalização paga a TCFA relativamente a apenas uma delas, pelo valor mais elevado. Não há isenção por tempo de atividade; o relatório anual é entregue até 31 de março, e sua falta gera multa de 20% da taxa devida; a taxa é trimestral, e os débitos admitem parcelamento.	LEI SECA	LEGISLAÇÃO Lei 6.938/1981, arts. 17-B, 17-C, §§ 1° e 2°, 17-D, § 3°, 17-F, 17-G e 17-H
Dano ambiental: teoria do fato consumado, prescrição e omissão estatal Não se admite a teoria do fato consumado em Direito Ambiental, ainda que a obra seja pequena ou já concluída. A responsabilidade civil ambiental é objetiva; a execução da multa ambiental prescreve em 5 anos do término do processo administrativo; e a responsabilidade do Estado por omissão fiscalizatória é solidária, de execução subsidiária. RECORRENTE **Lei 6.938/1981, art. 14** em 2015	LEI SECA JURISPRUDÊNCIA	LEGISLAÇÃO Lei 6.938/1981, art. 14, § 1°; Lei 12.651/2012, arts. 7° e 8° PRECEDENTES Súmula 467/STJ Súmula 613/STJ Súmula 652/STJ
Dano moral coletivo: hipóteses reconhecidas pelo STJ A alteração premeditada de projeto habitacional destinado ao mercado popular configura dano moral coletivo, por desvirtuar a finalidade social do empreendimento. O dano moral coletivo independe de prova de dor ou abalo psíquico, pode ser pleiteado por qualquer legitimado à ação civil pública, decorre em si mesmo da exploração de atividade ilícita como o jogo de azar e não resulta da inserção de cartões informativos em embalagens de cigarro, que o STJ não considerou publicidade abusiva. RECORRENTE **Lei 7.347/1985, art. 1°** em 2010, 2013, 2015, 2018 · **Lei 7.347/1985, art. 5°** em 2010, 2013, 2015, 2018 · **CDC, art. 6°** em 2015	LEI SECA JURISPRUDÊNCIA	LEGISLAÇÃO Lei 7.347/1985, arts. 1° e 5°; CDC, arts. 6°, VI, e 37, § 2° PRECEDENTES STJ, REsp 1.567.123/RS STJ, REsp 1.703.077/SP STJ, REsp 2.182.775/SP

Licença de uso individual e intransferível. São proibidos a reprodução, o compartilhamento e a revenda, totais ou parciais, sem autorização da autora (Lei 9.610/1998).

2025

1 prova | 12 questões

MPSP 2025

Concurso 01/2025 · Prova de 14/09/2025
Ministério Público do Estado de São Paulo | Analista Jurídico do Ministério Público
Banca: VUNESP

GABARITO Catalogação feita com o gabarito republicado após os recursos (Edital MPSP 75/2025, de 09/10/2025, versão 1 da prova).

LEITURA ESTRATÉGICA

- **12 questões de Conhecimentos Gerais:** Língua Portuguesa (8), Atualidades (2), Informática (2).
- **Português:** 1 de interpretação, 3 de gramática, 3 de semântica e 1 de reescrita.
- **6 questões de Português tratam de tema cobrado em outra prova**, sinalizado como recorrente.

Língua Portuguesa 8 questões

TEMA E PONTO COBRADO	HABILIDADE

Interpretação: tese do texto

INTERPRETAÇÃO

Tese de editorial sobre o mercado de trabalho.

ATENÇÃO Editoriais costumam relativizar um dado positivo à luz de outros fatores, e a alternativa correta preserva essa relativização; os distratores afirmam o que o texto apenas menciona, invertem a proposta do autor (abandonar critérios em vez de aperfeiçoá-los) ou alteram dados objetivos, como datas e períodos comparados.

Sinônimos em contexto

SEMÂNTICA

No contexto, “atravessar” uma fase equivale a sofrer, passar por; “traduzir” equivale a interpretar; e “auspiciosos” equivale a promissores, favoráveis. “Experimentar” e “vivenciar” caberiam no primeiro termo, mas “simbolizado”, “transposto”, “sérios” e “contundentes” não equivalem aos demais; “transpassar”, “intervir”, “demonstrado” e “evidentes” também alteram o sentido.

RECORRENTE **Sentido de palavras no contexto** em 2015

Reescrita: conectivos e relações de sentido

REESCRITA

A correlação “não... apenas” acrescenta informação, de modo que a frase seguinte admite “também”, “além disso” ou “ainda” (adição); “por mais... que” exprime concessão, substituível por “ainda que”, “mesmo que” ou “se bem que”; “já que” exprime causa, substituível por “porque”. Alteram o sentido “apesar disso” e “todavia” (oposição), “portanto” (conclusão), “embora” (concessão), “enquanto” (tempo ou contraste), “uma vez que” seguido de subjuntivo (condição) e “tanto que” (consequência).

Sentido denotativo e conotativo

SEMÂNTICA

“Patamar”, que em sentido próprio designa o espaço plano no alto de uma escada ou entre seus lanços, assume no texto o sentido figurado de nível alcançado pela taxa de desemprego. Os demais termos destacados mantêm o sentido denotativo: “autônomos” (trabalhadores por conta própria), “demandam” (exigem), “compor” (formar, elaborar) e “máxima” (valor mais alto da série).

RECORRENTE **Sentido de palavras no contexto** em 2015

Regência verbal e nominal; crase

GRAMÁTICA

“Zelar”, no sentido de cuidar com zelo, rege a preposição “por” (“zelar por sua economia”), e “ansioso” constrói-se com “de” ou “por” antes de substantivo (“ansiosa de felicidade”). “Dedicar-se” rege “a”, que se funde ao artigo de “as atividades” (“às atividades”). Não há crase antes de pronome pessoal (“a ela”), e “zelar” não se constrói com “à”, “com” ou “em” na norma-padrão.

RECORRENTE **Crase** em 2010, 2013, 2015, 2018 · **Regência** em 2010

Licença de uso individual e intransferível. São proibidos a reprodução, o compartilhamento e a revenda, totais ou parciais, sem autorização da autora (Lei 9.610/1998).

ESTA FOI SÓ UMA AMOSTRA

Comece pelo que *a banca já cobrou.*

- As provas do cargo jurídico do MPSP desde 2010: 407 questões jurídicas
- Tema, ponto cobrado, fonte, dispositivos e precedentes de cada questão
- Recorrências sinalizadas em cada entrada e reunidas em quadro próprio
- Raio-x, leitura estratégica e pontos de atenção de cada prova
- Bônus: Conhecimentos Gerais, com Português, Atualidades e Informática

CATÁLOGO + BÔNUS · PREÇO DE LANÇAMENTO

~~R$ 99~~ **R$ 57**

Garanta o seu: pay.kiwify.com.br/GAh2U3M

@patriciaiuris